



EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA, TECNOLOGIA SOCIAL E ANCESTRAL NO CHÃO DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

MILENA PEREIRA DE SOUSA; CLAUDIA MIRANDA

RESUMO

A demanda por uma educação para as relações étnico-raciais foi apresentada pelas organizações do Movimento Negro do Brasil e alcançou resultados inegáveis por apresentar um conjunto de problemas invisibilizado com a opção por currículos eurocentrados no sistema educacional. Ao analisarmos as memórias contra-hegemônicas e a linha do tempo da luta pela vida daqueles grupos transformados em o “outro da colonização”, optamos por uma pesquisa engajada e sendo assim, o escopo da pesquisa em andamento cruza as tecnologias sociais e as demandas por letramento racial nas instituições de ensino. Através de um sentimento de urgência, defende-se a implementação da perspectiva decolonial no chão da escola, onde evidenciamos uma conexão possível entre a cultura afrobrasileira e indígena tendo em vista, o que herdamos das saídas encontradas pelos nossos ancestrais e que indicam as propostas que reconhecemos como sendo tecnologias sociais descolonizadoras. Analisamos alguns aspectos dessas alternativas de pertencimento no cotidiano da sala de aula, do ensino básico público, que emergem indicando modos outros de pertencimento social bem como indicando marcas das diferentes heranças filosóficas, estéticas, linguísticas, poéticas que refletem outras cosmo percepções sobre o mundo real.

Palavras-chave: Decolonialidade; Ancestralidade; Ensino público; Currículo; Rio de Janeiro.

1 INTRODUÇÃO

A escola e a comunidade nela presente nos fez apostar em diferentes possibilidades de intervenção e, ao mesmo tempo, de rupturas. Destacaria a iniciação à docência e a iniciação científica, como as principais inspirações para o trabalho aqui apresentado. Ao atuar por mais de 12 meses, como docente em uma escola da rede municipal de ensino da Prefeitura do Rio de Janeiro, des (re) aprendi sobre currículos, sentidos de comunidade e acolhimento. Notadamente, essa é uma questão que reflete as leituras já realizadas em sala de aula na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Como estudante de Pedagogia, em uma universidade de prestígio acadêmico, inserida em um grupo de pesquisa sobre pedagogias decoloniais e interculturalidade e, como bolsista de inovação tecnológica, tenho sido desafiada a incorporar temários que historicamente estiveram à margem. Reinventar sentidos de vida inspira nossas travessias coletivas e insubordinadas. No Grupo de Estudos e Pesquisas Formação de Professoras (es), Currículo e Interculturalidade e Pedagogias Decoloniais (GFPPD) a interação graduação-pós-graduação tem favorecido outras itinerâncias e outras apreensões teórico epistemológicas. Por conta disso, apostamos em análises que incorporem dissonâncias tendo em vista as urgências impostas pelos movimentos socioculturais que se fazem presentes nos ambientes universitários.

A demanda por uma educação para as relações étnico-raciais (ERER) foi apresentada pelas organizações do Movimento Negro do Brasil e alcançou resultados inegáveis por apresentar um conjunto de problemas invisibilizado com a opção por currículos

eurocentrados. Nos estudos de Claudia Miranda (2013, p. 102) a autora defende:

(...) as práticas curriculares adotadas na organização do sistema educacional, devem ser examinadas como parte de um mesmo constructo de inspiração, um princípio regulador que figura como um desafio para os segmentos que estão comprometidos com as lutas antirracistas e, por conseguinte, com as lutas anticoloniais. As dimensões com as quais nos deparamos em uma agenda teórico-política engajada, inspiram a recomposição dos argumentos com os quais vimos trabalhando na perspectiva crítica de educação. Ampliamos, por isso, as análises sobre outras fronteiras epistêmicas que nos colocam para além dos muros da instituição social projetada para “educar”: a escola. Por detrás de manchetes de jornais, desenhos animados, novelas e seriados, pode estar oculto um tipo de investimento que tem merecido o status de “pedagogia midiática”.

Recompor nosso repertório interpretativo requer a elaboração de novas perguntas de pesquisa. Seria possível reinventarmos o espaço e o tempo escolar, realocando o *status* dos saberes e conhecimentos das crianças, dos adolescentes e jovens presentes nas instituições públicas de ensino? Quais as alternativas para “movimentarmos o tabuleiro epistemológico”? Nesse sentido, é uma exigência rever o que argumenta Bell Hooks (2013) sobre acolhimento, medo e outras formas de pertencer.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para a proposta aqui apresentada, consideramos a produção teórica e elaboramos uma revisão da literatura a partir de autoras e autores como: Stéfane Souto, Oyèrónkẹ Oyěwùmí, Ivete Rodrigues, José Carlos Barbieri e Obirin Odara que acreditam na tecnologia social como meio de romper com os estigmas coloniais na sociedade brasileira, complementando com Sueli Carneiro que traz sua perspectiva do termo “epistemicídio” com o propósito de nomear a violência da exclusão da cultura de povos subjugados na educação.

A fim da conexão com o currículo decolonial, trazemos a autora Claudia Miranda que dialoga a favor de um sistema educacional inclusivo e antirracista para com os estudantes afrodescendentes e indígenas, aliando à percepção humanista de Bell Hooks no que se refere o acolhimento dos estudantes a partir de uma pedagogia engajada. Ao mesmo tempo, realizamos uma primeira interpretação do vivido no planejamento do período letivo que gerou a culminância do calendário escolar. Consideramos o diário de bordo elaborado e demos destaque para as ações que envolveram professores, alguns coordenadores e o corpo discente no período de 7 meses. O mote foi rever os currículos praticados a partir das diversidades que se impõe cotidianamente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisadora Stéfane Souto (2021, p. 157) parte de uma concepção alternativa de tecnologia para compreender formas diversas de organização social. Destacamos o seguinte:

O aquilombamento cumpre o seu papel na preservação dos modos culturais negros e mantém vivos os aspectos que expressam o significado dessa tecnologia ainda nos dias de hoje. Aquilombamento, em qualquer tempo, diz respeito à criação de zonas de segurança, de acolhimento, de fortalecimento. Espaço onde é possível experimentar a paz de ser e estar em comunidade, compartilhar vivências, obter suporte, costurar alianças, alavancar projetos, reconhecer e curar feridas, tecer estratégias, planejar levantes, trocar informações, instruir-se uns aos outros. Local onde é possível o recuo e é desejado o avanço.

Para pensarmos as cosmo percepções, no sentido dado por Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021), é importante situarmos o protagonismo das populações indígenas e afrodescendentes.

Na contemporaneidade, estudantes universitários indígenas e afrodescendentes reinventam seus espaços de aquilombamento reivindicando suas ancestralidades e suas formas de pertencimento. Não podemos invisibilizar as rotas que assumem nesse processo de insurgência coletiva. Ao reconhecermos as especificidades que marcam nossa vida cotidiana encontramos novas ancoragens epistemológicas para rever o lugar de grupos sacrificados:

(...) na experiência brasileira da diáspora negra, a tecnologia ancestral do aquilombamento, em sua temporalidade, se adapta e se atualiza às condições de opressão encontradas de forma a garantir a manutenção e preservação das formas sociais e culturais das comunidades negras. Mudam-se, então, os mecanismos e os instrumentos, mas o que permanece do quilombo através do tempo é o seu significado – de acolhimento, fortalecimento e organização estratégica –, ou seja, a sua dimensão cultural (Souto 2021, p. 155).

Reconhecemos o lugar de importância da conscientização da ancestralidade afro-brasileira desde a educação dos anos iniciais. Não é exagero afirmar que com a promulgação da Lei nº 10.639 (2003) e, posteriormente, da Lei nº 11.645 (2008), o Brasil pode pensar e debater sobre as estratégias do racismo sistêmico e da naturalização da exclusão de corpos afrodescendentes e indígenas.

Defende-se a elaboração de projetos para o letramento racial, envolvendo os grupos estudantis desafiados pelos discursos eurocentrados que ainda se fazem presentes nas políticas curriculares. Preocupamo-nos com o conjunto da sociedade e defendemos iniciativas agregadoras que possam romper com o constrangimento e com o apagamento de expressões culturais historicamente desconsideradas. Ao pensarmos com Claudia Miranda (2013, p.110), concordamos que:

Em uma perspectiva de-colonial, somos levados a desaprender e a problematizar o lugar dos segmentos *outsiders*, do *Alien*, do outro colonial para reconhecermos caminhos diversificados que nos aproximam de experiências efetivas de descolonização. Assim, a chave de-colonial reforça o desaprender para descolonizar os referenciais legitimados na transmissão de saberes legitimados como currículo.

A tarefa de descolonizar é desafiadora por envolver atitudes diárias. Romper com um conjunto de termos e ditados populares pode ser um bom exemplo das urgências dessa empreitada que liberta. Nos espaços formativos, grupos de pessoas, profissionais engajados no antirracismo, estão começando a ver resultados relevantes nos discursos e reclamações do corpo discente que reconhece as boas práticas e também a inércia fruto do descompromisso.

Concordamos com Ivete Rodrigues e José Carlos Barbieri (2008, p.7) quando mencionam que a tecnologia social exige “a construção de soluções de modo coletivo pelos que irão se beneficiar dessas soluções e que atuam com autonomia”. Dito de outro modo, as soluções importadas por grupos de especialistas não são as únicas alternativas. No ir e vir, como partícipe da iniciação à docência, nas instituições do sistema público de ensino, tem sido possível compreender as limitações geradas pela ausência de letramento racial, no âmbito da gestão e da coordenação pedagógica.

Quando pensamos com as autoras e autores aqui incluídos, somos levadas a rever as noções sobre tecnologia. A tecnologia social, na realidade das populações vítimas dos processos de colonização podem ser reconhecidas com alguns dispositivos que são da nossa vida diária. Exemplos da organização popular podem ser recuperados com facilidade observando as lutas do Movimento sem Terra (MST), as propostas dos cursos de pré-vestibular comunitário, a idealização das escolas de samba, dentre outros resultados como o sincretismo a partir de Obirin Odara (2023) que traz a perspectiva do mesmo como uma estratégia de resistir às imposições colonizadoras. A autora (Odara, 2023) observa que a

sociedade brasileira, mesmo com seus avanços, ainda perpetua padronizações eurocentradas e isso se estende ao atual currículo do sistema educacional, que teve suas evoluções mas, ainda assim, percorre por estereótipos quando se refere ao povo afrobrasileiro e indígena ocasionando no que se entende por epistemicídio, termo apresentado pela filósofa Sueli Carneiro (2005) que ocorre quando se tem o objetivo de marginalizar e inferiorizar todo conhecimento não-europeu.

Bell Hooks (2017, p. 32) quando reflete sobre o acolhimento no ambiente acadêmico, compreende como um sentimento apenas desejado, onde essa ausência desenvolve no discente um medo que “existe porque muitos professores reagem de modo profundamente hostil à visão da educação libertadora que liga a vontade de saber à vontade de vir a ser.” A autora (Hooks, 2017, p. 18) nos faz pensar a sala de aula como um espaço comunitário e afirma que essa concepção “aumenta a probabilidade de haver um esforço coletivo para criar e manter uma comunidade de aprendizado”. A partir dessas primeiras impressões, podemos indicar, como possibilidade de descolonizar o ambiente escolar, a revisão das formas de ruptura com as assimetrias de poder. Ou seja: assumir amplas possibilidades de organização do espaço e do tempo de trabalho docente, implicaria em abandonarmos velhas concepções sobre as pessoas incluídas como discentes.

Pensando nisso, trazemos o diário de bordo, que foi elaborado a partir do mês de abril de 2024 e finalizado no mês de novembro do mesmo ano, como forma de registro do planejamento educacional que culminou a diversidade através de eventos voltados à cultura afrobrasileira que envolveram a gestão, os docentes, os discentes e seus responsáveis. Dentro desses 7 meses, tivemos a primeira iniciativa de um evento completamente voltado às heranças africanas, chamado: Feira de Ciências e Cultura Preta, que teve dedicação e idealização da gestão escolar junto da única professora que se autodeclara preta, reunindo recursos financeiros próprios e precisando mediar as questões contrárias que partiram de uma minoria do corpo docente que rejeitava, de certa forma, a realização de algumas atividades propostas para o evento. Entretanto, mesmo com as opiniões contraditórias, a Feira de Ciências e Cultura Preta foi um sucesso, sendo recebido muito bem pela comunidade discente e familiar. Outra iniciativa realizada com êxito foi o Novembro Preto, que consistiu em dois dias de atividades que tinham foco na cultura preta e favelada do Rio de Janeiro. contando com trabalhos voluntários de dançarinas e dançarinos, DJs e até parte da comunidade familiar. O evento teve, no seu primeiro dia, a Batalha do Passinho, colocando a cultura favelada como protagonista, tendo grande participação do corpo discente e contando com trabalhos voluntários de dançarinas profissionais para participar do júri. O segundo dia contou com o trabalho, também voluntário, de um grupo organizador de Baile Charme, que tem como um dos membros parte da comunidade familiar da escola. Ao fim desse período, foi interessante perceber como os discentes afrodescentes se emponderaram e se sentiram enfim pertencentes da comunidade escolar, seja se apresentando, seja identificando seu lar em sua escola.

4 CONCLUSÃO

A discussão dissertada no presente escopo evidencia o potencial transformador das iniciativas para uma educação racializada. Reconhecendo tecnologias sociais presentes em nosso cotidiano, valorizando as heranças culturais afrobrasileiras e indígenas, resgatando memórias ancestrais e promovendo acolhimento e pertencimento a fim de uma pedagogia engajada, como defende Bell Hooks (2017). Dessa forma, partindo de reflexões fundamentadas e práticas apresentadas através do diário de bordo, ratifica-se a urgência da ampliação do currículo decolonial, defendido pela autora Claudia Miranda, nas instituições de ensino público do município do Rio de Janeiro.

As experiências descritas, como a Feira de Ciências e Cultura Preta e o Novembro Preto, respondem as questões anteriormente apresentadas na Introdução deste resumo. O

planejamento de projetos voltados à representatividade afrobrasileira e indígena podem ser alternativas para a movimentação necessária de construir a escola como espaço que culmina a diversidade e a afetividade e reforça a importância e o significado do protagonismo de comunidades socialmente subjugadas, ao mesmo tempo que requerem recursos imprescindíveis como apoio de maior parte da comunidade escolar. Assim, o aquilombamento, pelas percepções das autoras Stéfane Souto (2021) e Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021), se reafirma como uma tecnologia social ancestral factível de construção nos espaços de ensino a partir das estratégias de resistência e fortalecimento do coletivo, a fim de romper com o epistemicídio, apresentado por Sueli Carneiro (2005), e com as assimetrias de poder ainda presentes na educação brasileira. Ao criar espaços comunitários, como sugerido por Bell Hooks (2005), construímos escolas que não apenas educam, mas acolhem, empoderam e transformam. Essa jornada desafiadora é, sobretudo, libertadora e essencial para a construção de um futuro equitativo e antirracista.

REFERÊNCIAS

HOOKS, B. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. São Paulo, **Martins Fontes**, 2013.

MIRANDA, C. Currículos decoloniais e outras cartografias para a educação das relações étnico-raciais: desafios político-pedagógicos frente a lei nº 10.639/2003. **Revista da ABPN**. v. 5, n. 11, jul.– out. 2013, p. 100-118

OYẸWÙMÍ, O. A invenção das mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: **Bazar do tempo**, 2021.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C.. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Rap**; Rio de Janeiro 42(6):1069-94, nov./dez. 2008.

SOUTO, S. É tempo de aquilombar: da tecnologia ancestral à produção cultural contemporânea. **Pol. Cult. Rev.**, Salvador, v. 14, n. 2, p. 142-159, jul./dez. 2021.